

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	5
PREFÁCIO DA OITAVA EDIÇÃO.....	7
PREFÁCIO DA SÉTIMA EDIÇÃO .....	9
PREFÁCIO DA SEXTA EDIÇÃO .....	11
PREFÁCIO DA QUINTA EDIÇÃO .....	13
PREFÁCIO DA QUARTA EDIÇÃO.....	15
PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO .....	17
PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO.....	19
ABREVIATURAS .....	27
CITAÇÃO DE ARTIGO DE LEI E DE SÚMULA DE TRIBUNAL.....	37
1. INTRODUÇÃO .....	39
1.1 Delimitação do tema.....	39
1.2 Metodologia utilizada.....	40
2. OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS CIVIS.....	43
2.1 Norma, princípio, regra, garantia, direito .....	44
2.1.1 Considerações gerais.....	44
2.1.2 Direitos fundamentais.....	44
2.1.2.1 Direitos fundamentais na obra de Robert Alexy.....	44
2.1.3 Norma .....	44
2.1.3.1 Teoria estruturante de Müller.....	44
2.1.3.2 Distinção entre texto e norma .....	46
2.1.4 Princípios.....	47
2.1.4.1 Princípios na obra de Robert Alexy.....	47
2.1.4.2 Princípios na obra de Ronald Dworkin .....	48
2.1.4.3 Distinção entre princípios e regras na obra de Ronald Dworkin .....	49

2.1.4.4	Distinção entre princípios e regras na obra de Luis Virgílio Afonso da Silva.....	49
2.1.4.5	Princípios na visão de Lenio Luiz Streck .....	50
2.1.4.6	Princípios e regras na obra de Canotilho.....	51
2.1.4.7	Princípios na obra de Josef Esser .....	53
2.1.5	Nota conclusiva.....	56
2.2	Generalidades .....	57
2.3	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	59
2.4	Princípio da taxatividade .....	71
2.4.1	Generalidades.....	71
2.4.2	A enumeração dos recursos no CPC .....	71
2.4.2.1	A taxatividade e o agravo de instrumento .....	82
2.4.3	Os recursos existentes fora do sistema do CPC.....	90
2.4.3.1	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.....	92
2.4.3.2	Supremo Tribunal Federal: embargos infringentes em ações de competência originária e em recurso ordinário (RISTF 333).....	105
2.4.3.3	Supremo Tribunal Federal: recursos na ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) e na ação declaratória de constitucionalidade (ADC) .....	108
2.4.3.3.1	Recurso de terceiro prejudicado.....	109
2.4.3.3.2	Indeferimento da petição inicial (LADIn 4.º, 12-C e 15) .....	109
2.4.3.3.3	Admissão do <i>amicus curiae</i> no processo da ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) ...	115
2.4.3.3.4	Decisões interlocutórias .....	117
2.4.3.3.5	Decisão final .....	118
2.4.3.3.6	Recursos no controle incidental da constitucionalidade (prejudicial de inconstitucionalidade) .....	120
2.4.4	Os sucedâneos dos recursos.....	121
2.4.4.1	Remessa obrigatória.....	122
2.4.4.2	Correição parcial .....	131
2.4.4.3	Pedido de reconsideração .....	134
2.4.4.3.1	Preclusão <i>pro iudicato</i> . Não preclusividade relativa das matérias de ordem pública .....	142
2.4.4.4	Ações autônomas de impugnação.....	149
2.4.4.5	Incidentes no processo .....	149
2.4.4.5.1	Uniformização da jurisprudência (CPC/1973 476).....	150

2.4.4.5.2	Uniformização da jurisprudência: RE e REsp repetitivos, Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), Incidente de assunção de competência (IAC) e Súmulas .....	151
2.4.4.5.3	Incidente de arguição de inconstitucionalidade e outros incidentes .....	157
2.4.5	A técnica de julgamento do CPC 942 (julgamento estendido) .....	164
2.5	Princípio da singularidade .....	170
2.6	Princípio da fungibilidade.....	192
2.6.1	O art. 810 do Código de Processo Civil de 1939 .....	193
2.6.2	Requisitos para a incidência do princípio da fungibilidade no direito vigente .....	196
2.6.2.1	Dúvida objetiva sobre qual o recurso cabível. Algumas hipóteses .....	198
2.6.2.2	Inexistência de erro grosseiro.....	216
2.6.2.3	Irrelevância do prazo do recurso próprio (ou prazo “menor”).....	221
2.6.2.4	Procedimento da fungibilidade.....	225
2.6.2.5	Conclusão.....	226
2.7	Princípio da dialeticidade .....	229
2.8	Princípio da voluntariedade.....	232
2.9	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias .....	232
2.10	Princípio da complementaridade.....	234
2.11	Princípio da proibição da <i>reformatio in peius</i> .....	236
2.12	Princípio da consumação .....	245
3.	ASPECTOS GERAIS DOS RECURSOS .....	249
3.1	Conceito de recurso .....	249
3.2	Natureza jurídica do recurso .....	259
3.2.1	Recurso como ação constitutiva autônoma .....	259
3.2.1.1	A tese de Betti .....	260
3.2.1.2	A tese de Gilles .....	261
3.2.2	Recurso como modalidade do direito de ação .....	264
3.2.2.1	A tese de Rocco .....	264
3.2.3	O recurso e a ação autônoma de impugnação: características e diferenças .....	265
3.2.4	Conclusão .....	274
3.3	Atos processuais sujeitos a recurso .....	275
3.3.1	Atos do juiz de primeiro grau .....	281
3.3.2	Atos proferidos nos tribunais.....	281
3.3.3	Distinção entre <i>error in iudicando</i> e <i>error in procedendo</i> .....	287

4.	PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS.....	293
4.1	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos.....	293
4.2	Pressupostos de admissibilidade dos recursos .....	324
4.2.1	Cabimento do recurso.....	326
4.2.2	Legitimidade para recorrer.....	357
4.2.3	Interesse em recorrer.....	363
4.2.4	Tempestividade.....	383
4.2.5	Regularidade formal.....	414
4.2.6	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do poder de recorrer....	434
4.2.7	Preparo.....	458
4.3	Recurso extraordinário: repercussão geral como requisito especial de admissibilidade .....	461
4.3.1	Repercussão geral e recursos repetitivos .....	469
4.4	Recurso especial: relevância da questão de direito federal como requisito especial de admissibilidade .....	470
4.4.1	Arguição de relevância da questão federal no recurso extraordinário (STF). Gênese histórica.....	470
4.4.2	Requisito especial de admissibilidade do REsp.....	480
5.	EFEITOS DOS RECURSOS.....	483
5.1	Efeito devolutivo.....	484
5.1.1	Apelação.....	488
5.1.2	Agravo .....	496
5.1.3	Embargos de declaração .....	498
5.1.4	Embargos infringentes (CPC/1973 530) e julgamento estendido (CPC 942).....	502
5.1.5	Recurso especial.....	507
5.1.6	Recurso ordinário constitucional.....	511
5.1.7	Recurso extraordinário.....	511
5.1.8	Embargos de divergência.....	511
5.2	Efeito suspensivo .....	513
5.2.1	Recursos que têm efeito suspensivo.....	515
5.2.2	Impugnação parcial e efeito suspensivo .....	520
5.2.3	Concessão <i>ex officio</i> do efeito suspensivo .....	522
5.2.4	Tutela provisória na fase recursal .....	524
5.2.5	Sentença que julga ações conexas.....	526
5.2.6	Rejeição liminar dos embargos do devedor .....	530
5.2.7	Sentença e cassação da liminar.....	532
5.2.7.1	Liminar impugnada e sentença irrecorrida .....	534

5.2.8	Mandado de segurança para dar efeito suspensivo a recurso que não o tem .....	535
5.2.9	Tutela de urgência para sustar os efeitos de decisão judicial recorrível...	538
5.2.10	Efeito suspensivo a requerimento da parte .....	541
5.2.11	Sentença que confirma a tutela provisória .....	542
5.3	Efeito expansivo.....	543
5.4	Efeito translativo.....	547
5.5	Efeito substitutivo.....	554
5.6	Tutela provisória no procedimento recursal.....	555
6.	DIREITO INTERTEMPORAL DOS RECURSOS .....	557
6.1	O regime jurídico dos RE e REsp retidos (CPC/1973 542 § 3.º).....	561
7.	COISA JULGADA: RELATIVIZAÇÃO E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....	565
7.1	A polêmica sobre a relativização ( <i>desconsideração</i> ) da coisa julgada e o Estado Democrático de Direito.....	566
7.2	Coisa julgada. Conceito.....	566
7.3	Coisa julgada. Finalidade central do processo .....	567
7.4	Coisa julgada. Efeitos.....	568
7.5	Coisa julgada. Efeito substitutivo.....	568
7.6	Coisa julgada. Funções negativa e positiva. Atitudes do juiz .....	569
7.7	Coisa julgada. Requisitos.....	569
7.8	Coisa julgada material e condições da ação.....	570
7.9	Proibição de rediscussão da lide. Intangibilidade da coisa julgada .....	571
7.10	Ações idênticas pendentes. Coisa julgada superveniente .....	571
7.11	Relativização ( <i>desconsideração</i> ) da coisa julgada.....	572
7.12	Coisa julgada material e Estado Democrático de Direito.....	573
7.13	Validade e eficácia da sentença. Independência da sua justiça .....	574
7.14	Controle da constitucionalidade da sentença. Coisa julgada inconstitucional.....	575
7.15	Desconsideração da coisa julgada e Estado Democrático de Direito.....	576
7.16	Relativização da coisa julgada e nazismo .....	576
7.17	Segurança jurídica e coisa julgada .....	577
7.18	Segurança jurídica, coisa julgada e justiça da sentença.....	578
7.19	Abrandamento legal (autorizado) da coisa julgada: ação rescisória, revisão criminal e coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	578
7.20	Princípio constitucional da proporcionalidade e coisa julgada. Ação rescisória. Exigência de previsão legal expressa e prévia .....	578

7.21	Ação rescisória. Violação manifesta de norma jurídica (CPC 966 V) .....	579
7.22	Coisa julgada inconstitucional e ação rescisória. Controle da constitucionalidade das decisões judiciais .....	580
7.23	Violação da Constituição Federal .....	581
7.24	Impugnação ao cumprimento de sentença (CPC 525) .....	581
7.25	Princípio constitucional da proporcionalidade e coisa julgada. Revisão criminal. Exigência de previsão legal expressa e prévia.....	582
7.26	Coisa julgada e investigação de paternidade julgada improcedente .....	582
7.27	Investigação de paternidade, prova e eficácia preclusiva da coisa julgada ....	583
7.28	A coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	584
7.29	Coisa julgada e desapropriação. Ação rescisória.....	584
7.30	Desapropriação. Condenação em dinheiro .....	585
7.31	Coisa julgada e desapropriação. Justiça da sentença .....	585
7.32	Coisa julgada e processo fraudulento.....	586
7.33	Desapropriação e conluio.....	586
7.34	Intangibilidade da coisa julgada. Pressuposto processual negativo (CPC 485 V) .....	586
7.35	Responsabilidade da doutrina .....	587
7.36	Conclusão: a) estado do problema <i>de lege lata</i> e b) sugestão <i>de lege ferenda</i> ....	587
8.	RECURSOS REPETITIVOS .....	589
8.1	Generalidades .....	589
8.2	O regime jurídico do RE e do REsp repetitivos .....	592
8.2.1	Os temas no RE e no REsp .....	596
8.3	Desistência do RE ou do REsp repetitivo.....	600
8.4	STF e STJ no julgamento do RE e do REsp repetitivos: tribunais de tese? ....	603
9.	BIBLIOGRAFIA .....	605
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	659